

## **CARTA DAS MULHERES DO PSOL**

Ao 6º Congresso Nacional do Partido Socialismo e Liberdade,

Ser mulher, em uma sociedade de classes, racista e patriarcal tem sido um exercício de resistência diário, ainda mais em tempos de golpe. O aprofundamento da desigualdade de gênero e inúmeras tentativas de retirada de direitos nos exige o resgate e atualização das heranças femininas aguerridas que construíram a resistência ao longo de processos históricos. Inspirações como Dandara, fundamental para a derrocada da escravidão; Aleksandra Kollontai e outras companheiras que encabeçaram uma revolução radical na luta por direitos que culminou com a Revolução Russa; Rosane Kaingang e Maninha Xucuru-Kariri, que já nos deixaram ou Tuíra Kaiapó e Ana Terra Yawalapiti que nos brindam com um protagonismo feminino indígena que é ancestral na luta por direitos iguais, com direito à diferença; e Rosa Parks que defendia a liberdade das mulheres negras e dizia que quando essas mulheres, desumanizadas ao longo da história, fossem livres, a sociedade se libertaria e as vidas passariam a importar igualmente. Essas mulheres precisam ser por nós reivindicadas e o norte do PSOL é fundamentalmente: nossas vidas importam.

Portanto, considerando que:

1. O governo Lula/Dilma marcado pelo conservadorismo político fruto das alianças escolhidas pelo PT\PCdoB e duro ajuste fiscal contra a classe trabalhadora cortou verbas de programas de enfrentamento às violências contra as mulheres, LGBTs e negras e negros. A exemplo das Medidas Provisórias 664 e 665, o recolhimento dos kits anti-homofobia destinados às escolas e na manutenção da Rede Cegonha.
2. A partir do golpe, as medidas genocidas do governo Temer, em especial a PEC de congelamento dos investimentos públicos em saúde, educação e moradia pelos próximos 20 anos e as reformas trabalhista e previdenciária atacam frontalmente os direitos das mulheres. Especialmente, mulheres negras, trans e indígenas.
3. O avanço da terceirização e privatizações potencializam a dupla exploração feminina e negra no trabalho precarizado e nas tarefas domésticas de reprodução e cuidado, desconsiderando que ao final da semana, se juntarmos trabalho remunerado com trabalho doméstico os homens trabalham aproximadamente 5 horas a menos que as mulheres. Além de relegar ainda mais aos subempregos a população trans.

4. A violência machista e racista contra as mulheres no Brasil tem tido alarmante aumento. Ocupamos o 5º lugar no ranking de feminicídio mundial e segundo o Mapa da Violência (2015), em 13 anos o número de assassinato de mulheres negras aumentou 54% e das mulheres brancas reduziu 10%. Somos também as campeãs em taxas de cesarianas desnecessárias, uma em cada quatro mulheres sofrem violência obstétrica. Somos o país que mais mata travestis e transsexuais no mundo. Apesar de avanços como a Lei Maria da Penha e a tipificação do crime de feminicídio no Código Penal, está em vigor uma redução nos investimentos de políticas públicas e redes de enfrentamento à violência contra as mulheres nos níveis nacional, estaduais e municipais, com cortes de até 61% do orçamento das políticas para mulheres pelo governo Temer.

5. A política de corte de investimentos em áreas sociais atinge frontalmente as mulheres do campo, da floresta, quilombolas,, negritude e LGBTs. Impactando principalmente programas que garantem assistência e acolhimento destas populações quando em situação de violência, ampliando o processo de marginalização, exploração, preconceito e opressão. Pela manutenção do decreto 4887/2003 de demarcação das terras quilombolas e contra a ADIN 3239 e a PEC 215 e o conjunto de projetos que impactam a vida das mulheres da Amazônia.

6. Em se tratando das mulheres indígenas, é preciso ampliar as perspectivas de luta por igualdade e cidadania, levando em conta que vivemos num país pluriétnico. Mesmo sabendo que desde os anos 1980 existem associações exclusivas de mulheres indígenas que se organizam na luta por direitos, elas ainda vivenciam a violência dos casamentos e esterilizações forçadas, violência doméstica, estupros (“limpeza étnica”), limitação para a organização e participação política e da limitação de acesso à terra. É importante ressaltar que a demarcação de terras indígenas é pauta de enfrentamento à violência contra as mulheres. Esta é uma pauta de gênero e de defesa das mulheres indígenas que precisa ser visibilizada e incorporada na luta de todas as mulheres, não ao marco temporal.

7. É necessário avançar na luta pelo reconhecimento e valorização das trabalhadoras rurais. A realidade hoje imposta a elas funciona sob uma lógica extremamente machista que não as garante autonomia. Os direitos das mulheres trabalhadoras rurais só são garantidos se seus companheiros/parceiros homens tomam a iniciativa de acessar as políticas públicas destinadas aos trabalhadores do campo. Além da questão trabalhista é preciso lutar por políticas de incentivo à agricultura familiar, bem como assegurar os direitos fundamentais como acesso à saúde, educação, segurança, cultura e transporte público.

8. Avançam no Congresso Nacional medidas que preveem endurecimento da criminalização do aborto e retrocesso nas hipóteses de aborto legal no Brasil, a exemplo da PEC 181 relegando mais uma vez as mulheres pobres à morte e à cadeia, ao mesmo tempo em que os 3 Poderes se negam a ver o crescimento dos casos de estupro, estupro corretivo e coletivo no último período. É preciso armar a resistência contra a PEC 181 e lutar pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

9. A ofensiva golpista e seu ideário fascista contribuem também para aumentar ainda mais os índices de violência e mortalidade das mulheres transexuais e travestis, que hoje têm expectativa média de vida de 35 anos e estão majoritariamente submetidas ao mercado da prostituição e da exploração sexual.

10. No cerne da política genocida de "guerra às drogas" há um aumento do encarceramento da juventude e da mulher negra, que cresceu nos últimos 15 anos cerca de 567% (2 em cada 3 presas são negras).

11. O PSOL e as Mulheres do PSOL devem ter como horizonte estratégico atuar e fortalecer a luta dos movimentos sociais a exemplo de ações como a Primavera Feminista, a 1ª Marcha de Mulheres Negras, em 2015 e a Greve Internacional de Mulheres em 2017.

12. O PSOL juntamente com a militância auto-organizada deve seguir intervindo na institucionalidade a favor da luta feminista e dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres - no que vem avançando com iniciativas como a proposição dos PL pela legalização do aborto (882/2015) e a ADPF 442/2017 pela descriminalização do aborto apresentada em conjunto com o Instituto de Bioética Anis no Supremo Tribunal Federal.

13. O PSOL junto à Setorial LGBT do partido deve permanecer na luta antiLBTfóbica defendendo direitos que reconheçam as especificidades e demandas de lésbicas, bissexuais e transexuais inclusive na institucionalidade - a seguir pautando iniciativas como a proposição pelo reconhecimento do direito à identidade de gênero (PL 5002/2013). Também é fundamental seguir em luta contra os retrocessos, como falácia da "cura gay". Amor não é doença, é cura!

14. O PSOL precisa seguir atuante na batalha contra a violência de gênero. Acompanhando e participando de movimentos internacionais como #NemUmaAMenos e promovendo ações específicas em nível municipal, estadual e nacional que visem transformar de fato a vida das mulheres como o combate a violência letal contra as mulheres negras, aos assédios

nos espaços públicos, aos estupros corretivos e coletivos e as demais violências que colocam nossas vidas em risco diariamente. Nenhuma a menos!

15. O PSOL deve apresentar um programa construído em conjunto com os setores da sociedade que devolva esperança ao povo brasileiro, em especial as mulheres pobres e negras mais atingidas pelas reformas de Temer – o programa deve por exemplo orientar a revogação das contra-reformas previdenciária e trabalhista, saídas para o desemprego, igualdade no trabalho, equiparação salarial, construção de novas creches que permitam dedicação a outras atividades.

16. O regime capitalista está em crise, e que a casta política (formada por homens, ricos e brancos), conservadora e corrupta, propõe um debate antidemocrático no tema da reforma política e eleitoral sem participação popular. A política do jeito que está exclui as mulheres, negras, LBTs, jovens e trabalhadoras da política. Por isso, o PSOL deve seguir na defesa de uma reforma política verdadeiramente democrática que seja capaz de levar as mulheres que carregam consigo a cara e as demandas do povo ao poder, por meio do financiamento público de campanha e lista fechada alternada e reserva de vagas para mulheres nas casas legislativas.

17. O momento atual da luta de classes no Brasil nos exige ampla unidade de ação das Mulheres do PSOL contra a agenda regressiva do golpe, mas para além disso, um programa que dê soluções concretas para a vida das trabalhadoras e trabalhadores contra a falida lógica de conciliação de classes, para conservarmos um feminismo anticapitalista.

### **O Congresso do PSOL resolve:**

1. Aprimorar o acompanhamento e consolidação da política nas instâncias partidárias de composição mínima de 50% de mulheres, avançando também na garantia da paridade em todas as reuniões das instâncias partidárias; inclusive as coordenações de campanhas.

2. Estender a política de paridade para a composição da diretoria executiva, conselho fiscal e conselho curador da Fundação Lauro Campos a política de reserva de vagas para mulheres e negros (conforme resolução específica construída unitariamente pelas mulheres e a negritude do PSOL neste Congresso);

3. Reafirmar o compromisso com a construção de um partido profundamente feminista, antirracista e antiLGBTfóbico seja na intervenção cotidiana política, seja durante as disputas

eleitorais - concretizando este compromisso em políticas de formação, composição das nominatas partidárias e programas de TV no próximo período;

4. Defenda em todas suas instâncias a demarcação das terras indígenas no Brasil, sendo esta uma pauta que diz respeito à defesa da integridade física e cultural das mulheres indígenas; que o Partido estabeleça fóruns de debates sobre os temas como a Lei Maria da Penha numa campanha permanente em defesa da lei, que inclua as mulheres indígenas e suas particularidades étnicas e culturais; que a Fundação Lauro Campos convide as representantes das diversas associações de mulheres indígenas no Brasil e realize oficina para as mulheres do partido; que no Setorial Nacional de Mulheres do PSOL tenha alguma representante que debata, formule e instrumentalize as demais mulheres a respeito das demandas específicas das mulheres indígenas no Brasil, incluindo estas especificidades no debate feminista.

5. Reconhecer como tarefa de todo o partido a luta pela ampliação da nossa Bancada Feminista nas eleições de 2018;

6. Deliberar que nas eleições, a partir de 2018, o partido deverá envidar esforços para garantir a paridade de gênero e representação étnico racial nas candidaturas/chapas majoritárias nos municípios, estados e nacionalmente. Envidará esforços também no sentido de garantir efetiva visibilidade às mulheres candidatas e às candidaturas de negras e negros nas chapas proporcionais, garantindo os recursos materiais necessários e esta visibilidade, como material impresso e tempo de televisão e 30% do total de recursos destinados às candidaturas proporcionais de mulheres.

7. Avançar na política de formação e organização das mulheres do PSOL, além de espaços formativos para o conjunto do partido, através dos 5% do fundo partidário, mas que este valor não seja visto como teto e sim piso para as atividades de mulheres. Além de assegurar o acompanhamento dos repasses estaduais também de 5% aprovados no V Congresso Nacional do PSOL, para as setoriais estaduais de mulheres para garantir a nossa intervenção na luta das mulheres.

8. A Setorial de Mulheres deve ser a única instância responsável por gerir os recursos oriundos dos 5% do fundo partidário que são por direito garantidos à setorial por meio de resolução aprovada no V Congresso Nacional do PSOL. Uma comissão de mulheres da setorial ficará responsável por atuar em conjunto com a tesouraria do partido. Para isso

deverá ser aberta uma conta específica para esse fim, conforme determina o inciso IV do art. 6º da Resolução nº 23464 de 17 de dezembro de 2015.

9. Compreendemos que as dificuldades de funcionamento da comissão nacional de ética do PSOL não devem sobrecarregar setoriais estaduais e nacional de mulheres com o acompanhamento de casos de violência sexista, racista e lgbtfóbica, e portanto endossamos debates sobre mudanças no seu funcionamento e políticas permanentes de combate à violência em nossas fileiras.

10. A retomada do funcionamento coletivo da Setorial Nacional de Mulheres do PSOL, por meio da realização do Encontro Nacional de Mulheres do PSOL Unificado de 31 de maio a 3 de junho e até lá reconhece a Comissão Nacional Provisória de Mulheres do PSOL paritária, formada por 26 mulheres de diversos setores do partido, como espaço político qualificado para os debates e formulações políticas relativas aos desafios feministas do PSOL - reconhecendo a autonomia política e organizativa da Comissão e da Setorial nos marcos do programa e resoluções internas. Sem feminismo não há socialismo!

Sem socialismo não há feminismo!

Sem feminismo não há socialismo!